

O MÉTODO JACOTOT E A CRÍTICA À SOCIEDADE PEDAGOGIZANTE NA OBRA DE JACQUES RANCIÈRE: O MESTRE IGNORANTE. CINCO LIÇÕES SOBRE A EMANCIPAÇÃO INTELECTUAL

Fernando Fagundes Marques *

RESUMO

À luz da obra do filósofo Jacques Rancière, intitulada, *O mestre ignorante*, este trabalho pretende expor o método do “extravagante” pedagogo francês Joseph Jacotot, que revolucionou a Europa, no início do século XIX, ao proclamar a palavra de ordem da emancipação intelectual do educando: “todos os homens têm igual inteligência”. O pedagogo critica o que chama de “sociedade pedagogizada”, afirmando que esta, longe de realizar a tarefa atribuída ao ensino “de reduzir tanto quanto possível a desigualdade social, reduzindo a distância entre ignorantes e o saber”, só faz ampliar esse abismo ao reproduzir incessantemente técnicas pedagógicas que eternizam a desigualdade de inteligências entre educadores e educandos.

PALAVRAS-CHAVE

Mito Pedagógico. Ensino Universal. Emancipação Intelectual. Igualdade de Inteligência. Método Jacotot.

RÉSUMÉ

À la lumière de l'ouvrage du philosophe Jacques Rancière, intitulé *Le Maître ignorant*, cet ouvrage entend dénoncer la méthode de l'« extravagant » pédagogue français Joseph Jacotot, qui a révolutionné l'Europe, au début du XIXe siècle, en proclamant le slogan d'émancipation intellectuelle de l'étudiant : « tous les hommes ont une intelligence égale ». Le pédagogue critique ce qu'il appelle une « société pédagogisée », affirmant que celle-ci, loin de remplir la tâche assignée à l'enseignement « de réduire autant que possible les inégalités sociales, de réduire la distance entre l'ignorant et le savoir », ne fait qu'élargir cet abîme jusqu'à ils reproduisent sans cesse des techniques pédagogiques qui perpétuent l'inégalité d'intelligence entre éducateurs et élèves.

MOTS-CLÉS

Mythe pédagogique. Enseignement universel. Émancipation intellectuelle. Égalité d'intelligence. Méthode Jacotot.



INTRODUÇÃO

A história da pedagogia decerto conhece suas extravagâncias. E, estas, por tanto quanto se devem à própria estranheza da relação pedagógica, foram frequentemente mais instrutivas do que as proposições mais racionais. No entanto, no caso de Joseph Jacotot, o que está em jogo é bem mais do que apenas um artigo, entre tantos, no grande museu de curiosidades pedagógicas (p. 9).

Assim começa o prefácio da segunda edição brasileira da obra do filósofo francês Jacques Rancière, *O mestre ignorante. Cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Nesta obra curta, mas comovente, Rancière apresenta a história de Joseph Jacotot, professor de retórica durante o tempo da França pós-revolucionária que realizou um peculiar método de ensino radicalmente diferente de toda pedagogia: um baseado na igualdade das inteligências. Através de sua história, Rancière nos apresenta a reflexão fundamental que todo professor deve fazer: a finalidade da educação.

* Licenciado em Filosofia e História pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), Licenciado em Geografia pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL). Especialização em Ciências Humanas: Sociologia, História e Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).

A obra está estruturada em cinco capítulos. O “método explicador” e o “Ensino Universal” são contrapostos com base na “ficção da incapacidade” no primeiro capítulo, e então o método de Jacotot é exposto com base em seus vários princípios durante os outros capítulos. No segundo capítulo, são estabelecidas as características do Ensino Universal e a importância da “coisa comum” (no caso, o livro) como centro em torno do qual toda educação deve girar. A educação como ato poético é realizada no terceiro capítulo, além do papel essencial desempenhado pela verdade e veracidade neste ato. Por fim, no quarto e quinto capítulos, Rancière expõe como se deu a desigualdade social e como ela continua sendo reproduzida atualmente, mesmo pelas pedagogias mais progressistas, propondo uma “filosofia panecástica” como meio para a emancipação de cada pessoa.

1 O MÉTODO UNIVERSAL: A AVENTURA INTELECTUAL DE JACOTOT NA OBRA DE JACQUES RANCIÈRE

PRIMEIRO PRINCÍPIO: “SE PODE ENSINAR O QUE SE IGNORA”

Jacotot conseguiu desvendar o que chamou de “mito da pedagogia”: o pedagogo, na medida em que é *explicador*, constrói a ficção da incapacidade. Com essa armadilha, o professor precisa ser um explicador e precisa que o aluno seja *ignorante* e, graças a isso, se legitimar como possuidor de conhecimentos que devem ser transmitidos. Este é o mito da pedagogia: partir da divisão do mundo em sábios e ignorantes, capazes e incapazes, inteligentes e estúpidos. Mas Jacotot entendia que esse conhecimento adquirido pelos alunos nada mais seria do que o conhecimento das explicações do professor, cujo único resultado é a reprodução dessa mesma relação de poder entre explicador e explicado, entre professor e ignorante.

No entanto, o corpo discente de Jacotot parecia negar isso. Apesar de o terem ignorado em primeira instância, eles conseguiram aprender da mesma forma que aprenderam sua própria língua materna: observando e retendo, repetindo e verificando, relacionando o que sabiam com o que ainda não sabia, refletindo sobre o que foi dado, por meio de uma leitura cuidadosa. Em suma: *adivinhand*o, com a vontade de reconhecer a palavra que um ser humano, Fénelon, lhes dirigiu e à qual querem responder, não como alunos, mas como seres humanos. Ou seja, sob o signo da *igualdade*. Jacotot entendia que, se o objetivo da educação deveria ser a emancipação e a autonomia das pessoas, então o objetivo do professor deveria ser negar-se a si mesmo, chegar ao ponto em que o professor deixa de ser professor e o aluno deixa de ser aluno, e estabelecem-se em pé de igualdade.

SEGUNDO PRINCÍPIO: “TUDO ESTÁ EM TUDO”

Jacotot se opõe “ao velho” método explicador, segundo o qual “é necessário aprender *tal* coisa, e depois *tal* outra e *tal* outra”. Esse método se baseia no princípio da seleção-progressão-incompletude: o professor seleciona o que ensinar ao aluno, que parte da ignorância e adquirirá o conhecimento numa progressão ao infinito, percebendo a eterna incompletude de sua inteligência. Em vez disso, Jacotot propõe um “Ensino Universal”, segundo o qual “é necessário aprender *alguma* coisa e relacionar tudo o mais a ela”. De forma radical, afirma-se: “tudo está em tudo”. Em outras palavras, é preciso partir de um objeto de estudo, como Telêmaco, e iniciar o exercício da inteligência pela vontade. “Tudo está em tudo”: todo o poder da linguagem está no livro como um todo, onde nem o professor nem os alunos escondem nada um do outro.

Sob o princípio da desigualdade, o antigo método explicador embrutece: dá a entender que os alunos nunca aprenderiam nada sozinhos. Jacotot, que busca sua emancipação, relaciona-se com os alunos sob o princípio da igualdade: não importa, em primeira instância, qual coisa comum se utiliza para aprender (um livro, etc.), porque sempre há algo que o aluno, como ignorante, sabe e que pode usar como ponto de referência para relacionar qualquer coisa nova por conhecer.

TERCEIRO PRINCÍPIO: “TODAS AS INTELIGÊNCIAS SÃO IGUAIS”

À pergunta eternamente repetida “por que há desigualdade?”, e à sua resposta igualmente repetida “porque este ou aquele aluno tem maior ou menor habilidade”, Jacotot permanece radical: não é habilidade, mas *atenção*. O ser humano é vontade servida por uma inteligência, e só uma “vontade razoável”, pautada pelo empenho no estudo cuidadoso e na conversa com o outro, pode elevar quem diz “não posso”. Como Jacotot concebe em sua filosofia panecástica, a igualdade das inteligências não é um fim a ser alcançado, mas muito pelo contrário: é um princípio a ser mantido em todos os momentos.

É a distração que gera as diferenças de desempenho entre os alunos, e não as capacidades. Toda sociedade historicamente tem sido movida pelo sentimento da desigualdade das inteligências. E são apenas as instituições e os professores explicadores que, em princípio, codificam como deve ser a relação entre os indivíduos e as hierarquias a seguir. No entanto, a desigualdade só é pensável e possível a partir da igualdade das inteligências: “é precisamente porque somos todos iguais por natureza que devemos ser todos desiguais pelas circunstâncias” (Rancière, 2002, p. 96). A submissão recíproca do povo e do chefe é o princípio básico da ficção política como alienação originária da razão da paixão da desigualdade. Portanto, somente o ser humano emancipado, isto é, de vontade razoável, vence a si mesmo e não acredita ser mais ou menos do que qualquer outro. E um ser emancipado só pode realizar uma única ação: emancipar o resto.

QUARTO PRINCÍPIO: “UM INDIVÍDUO PODE TUDO O QUE QUISER”

Todo ser humano pode “tudo que quiser”. Isso não deve ser entendido como um mero vazio “quem quer, pode”, pois a questão é o que todo ser humano pode fazer quando se entende como igual aos outros e entende os outros como iguais a ele. O ser racional é aquele ser que não se engana a si mesmo e conhece sua própria potência. Não podemos falar a verdade de maneira inequívoca, mas apenas senti-la. Por isso, a primeira virtude da inteligência é a poética: o pensamento se traduz, se divide, narra pela vontade de comunicar, de adivinhar. “Um quer falar, outro quer adivinhar – eis tudo” (Rancière, 2002, p. 72). A virtude poética implica a impossibilidade de dizer a verdade, apenas senti-la. O poeta não se engana sobre o que está fazendo, não acredita ter um conhecimento privilegiado dos sentimentos humanos para com seus ouvintes. Muito pelo contrário: ele trabalha e se esforça porque espera ser entendido pelos outros como entende a si mesmo. A emancipação dos alunos nada mais é do que aprender a comunicar por meio da poetização, ou seja, compreender que os próprios pensamentos são comunicáveis, e suas emoções, passíveis de serem compartilhadas com os outros. Todo poema é sempre a ausência de outro poema, porque faz com que os outros se emocionem, falem e adivinhem o que o poeta quer lhes transmitir: que são iguais a ele. É essa relação dinâmica entre o poeta e o ouvinte que Jacotot entendia como fundamental para uma verdadeira emancipação, pois o objetivo do professor é que os alunos usem o máximo de atenção e de pesquisa para narrar o que sentem e fazê-los experimentar outros sentimentos por meio da linguagem.

Esta é a lição emancipatória do artista: que todo mundo é artista na medida em que, por um lado, faz de todo trabalho, não um mero ofício, mas um meio de expressão; e, por outro lado, ele compartilha suas experiências, não apenas as vivenciando. O artista, então, exige igualdade para que isso seja possível. No entanto, a lição do explicador diz o contrário: a desigualdade.

JACOTOT E SÓCRATES: EDUCAR OU INSTRUIR?

Em qualquer abordagem à educação, é inevitável visitar repetidamente Platão e Sócrates como pioneiros de todos os métodos pedagógicos. No entanto, Rancière chama a atenção para uma questão fundamental: o método maiêutico de Sócrates leva o escravo a reconhecer as verdades matemáticas que já estavam nele, num exercício de anamnese ou reminiscência. Esse caminho leva ao conhecimento, mas não à emancipação: quando Sócrates demonstra conhecimento ao escravo, revela-lhe, por sua vez, que jamais caminhará sozinho. Sócrates interroga um escravo que está condenado a ser um escravo para sempre.

Sócrates, em suma, pergunta para *instruir*. A instrução está vinculada a relações de poder, estabelecidas em “disciplinas” acadêmicas e sempre mediadas por instituições que reproduzem tais relações. O professor instrutor *informa*: aplica ao aluno formas objetivas e conteúdos que o professor possui anteriormente em seu manual. Mas, adverte Jacotot, a chave da emancipação é a *educação*: o professor educador introduz a empatia e o outro.

Jacotot, como professor ignorante, é quem deve manter o aluno na busca constante de seu próprio rumo. Mas mesmo antes disso, o próprio professor tem que se emancipar: “conhece-te a ti mesmo”. Contrariamente à proibição platônica, “não faça nada além do que lhe é próprio: não pense – porque isso pertence aos filósofos –, mas faça o que esgota a definição de teu ser”, o Ensino Universal nega que haja qualquer oposição entre “conhecimentos científicos” e “conhecimentos manuais, do povo”: a emancipação nada mais é do que reconhecer que não existem duas inteligências.

Portanto, o mal original consiste em partir deste desnível, dessa desigualdade: mestre/discípulo, sábio/ignorante, capaz/incapaz. E esta desigualdade começa em Atenas: foi Sócrates – e Platão – quem quis construir dois mundos separados, entre quem sabe e quem ignora, entre um bom método e um mau método de instrução. O “não posso” daquele que se acredita discípulo, ignorante e incapaz tem sua origem na infidelidade a si mesmo. “Conhece-te a ti mesmo”: todas as inteligências são iguais. Dizer “não posso” é esquecer-se de si mesmo.

2 A CRÍTICA AO SISTEMA PEDAGOGIZANTE

Devemos anunciar a todos, em todos os lugares e em todas as circunstâncias, a boa notícia nova ou o benefício: pode-se ensinar aquilo que se ignora. [...] Cabe, ainda, fornecer o princípio desta instrução: é preciso aprender qualquer coisa e a isso relacionar todo o resto, segundo esse princípio: todas as inteligências são iguais (Rancière, 2002, p. 107, grifo do autor).

E desta maneira Rancière (2002), anuncia o objetivo de todos os alunos de Jacotot, que não é outro senão convencer os ignorantes de seu próprio poder. A questão não é criar sábios, mas emancipar; não é tirar ninguém de sua suposta ignorância, mas sim do desprezo por si mesmo. O método de Jacotot não pode ocorrer por meio de instituições ou pela agenda de nenhum partido político, pois “Somente um homem pode emancipar um homem.” (idem, p. 108). A finalidade da educação não pode ser produzir sujeitos que constroem outros sujeitos. Tampouco pode continuar a reproduzir relações de poder entre professor e aprendiz, entre sábios e ignorantes, pois jamais será uma educação emancipatória.

A instrução é como a liberdade: “não se concede, conquista-se” (ibidem, p. 112). O Governo não deve instrução ao povo porque não deve ao povo o que o povo pode tomar para si mesmo. Se o fim da educação e da política é a emancipação – autonomia intelectual e moral –, esta não será dada por nenhuma elite, mas começará justamente por negar a necessidade da própria elite.

Rancière, de todos esses princípios, defende especialmente o primeiro: “o que se ignora pode ser ensinado”. Com Jacotot, criticam os progressistas de seus respectivos tempos: Jacotot entendeu bem, de seu ponto de vista pós-revolucionário, que o Iluminismo tentou realizar uma solução de compromisso com uma pedagogia progressista após uma revolução fracassada. Depois de ver as profundas dificuldades de mudar a sociedade por meio da revolução, Jacotot entendeu que o mundo não pode ser transformado sem primeiro nos transformarmos: “conhece-te a ti mesmo”.

A pedagogia progressista do Iluminismo, segundo Jacotot, cai na armadilha do “velho” método explicador: o progresso como aperfeiçoamento parte do princípio de que o ser humano-criança, o povo-criança, que deve ser pedagogizado – ‘Pedagogia’ é isso: ‘paidós’ (‘criança’) e ‘agein’ (‘condução’), a condução da criança –, sempre precisará do professor, mas nunca o alcançará. E, dessa forma, o antigo método explicador se reproduz por meio de qualquer método progressista, pois parte do princípio da desigualdade das inteligências.

O professor ignorante é um professor *amador*, literalmente: ama os assuntos sobre os quais vai falar. O fundamental é o mapa para poder orientar a si mesmo e aos demais, e perceber que o professor e os alunos, para se emanciparem, devem negar-se a si mesmos: devem deixar de ser professores e alunos para serem, enfim, cidadãos autônomos.

3 O PAPEL DO PROFESSOR NA OBRA, O MESTRE IGNORANTE

A filosofia de Rancière é de fundamental importância para formação de professores, uma vez que este filósofo afirma que “o ato de ensinar jamais perde inteiramente a consciência dos paradoxos que lhe fornecem sentido” (Rancière, 2002, p. 9).

Depois de questionar tanto as apropriações que os discursos pedagógicos fizeram das teorias reprodutivas da educação, quanto os pressupostos subjacentes às principais tendências que lutaram pela hegemonia dos discursos educacionais emancipatórios da época, Rancière vai se ocupar da principal lição que pretende transmitir, que é o real papel do Mestre dentro deste contexto, mostrando que ele é a principal ponte para indicar o caminho da emancipação e não as tais teorias reprodutivas.

O papel do mestre é inverter este sistema, de embrutecedor para emancipador intelectual. É preciso inverter essa necessidade que o mestre Explicador tem de uma “inteligência Inferior”. Conforme afirma Rancière, na revelação de Jacotot em sua experiência:

[...] é preciso inverter a lógica do sistema explicador. A explicação não é necessária para socorrer uma incapacidade de compreender. É, ao contrário, essa *incapacidade*, a ficção estruturante da concepção explicadora de mundo. É o explicador que tem necessidade do incapaz, e não o contrário, é ele que constitui o incapaz como tal. (Rancière, 2002, p. 19-20).

Na visão de Rancière (2002) explicar coisas aos alunos é provar que eles não entenderiam nada se alguém não as explicasse. Transmitir progressivamente o conhecimento que tornará a criança igual a seus professores é reproduzir a cada passo o dispositivo que estabelece indefinidamente a distância [entre as inteligências do professor e do aluno]. É transformar a lacuna entre mais e menos conhecimento em desigualdade de inteligências.

Conforme explica Valle (2019) o centro do pensamento de Rancière, é que a inteligência e vontade são duas faculdades que estão em jogo no ato de aprender, concluindo que, se os mestres são necessários, não é por desigualdade de inteligências, mas de vontade.

Nesse sentido, diz Rancière (2002, p. 25, grifos do autor): “Esse método da igualdade era, antes de mais nada, um método da vontade. Podia-se aprender sozinho, e sem mestre explicador, quando se queria, pela tensão de seu próprio desejo ou pelas contingências da situação.”, e ainda reforça que:

Ali onde a necessidade cessa, a inteligência repousa, a menos que uma vontade mais forte se faça *ouvir* e diga: continua; vê o que *fizeste* o que *podes* fazer se aplicares a mesma inteligência que já empregaste, investindo em toda coisa a mesma atenção, não te deixando distrair em teu caminho. (Rancière, 2020, p. 61, grifos do autor).

Hoje, mais do que nunca a formação do professor para a emancipação é necessária, pois, a forma escolar, historicamente ligada ao ideal escolar, é um espaço-tempo que visa proporcionar a cada um a oportunidade de se constituir como sujeito singular que vive entre iguais. Porque o tempo de emancipação não é uma promessa para o futuro; é antes a possibilidade de viver o presente em diálogo com os vários mundos e tempos da experiência humana. É a hora de viver como iguais em um mundo de desigualdades.

Rancière (2002) descreve a inteligência superior, aquela que supostamente possibilita ao professor dar explicações sem as quais o aluno não pode aprender, não como uma capacidade natural que diferencia as pessoas de uma maneira platônica essencial, mas como pensar de acordo com o método correto. Ou seja, a educação estultificaste repousa sobre o pressuposto cartesiano segundo o qual, embora todo homem seja capaz de pensar, há diferença qualitativa entre o pensamento aleatório e desordenado e o pensamento rigoroso que segue regras sistemáticas.

Rancière defende que, em contextos educacionais, a explicação se oferece como um meio para reduzir a situação de desigualdade onde quem nada sabe está em relação com quem sabe. Quando os professores explicam algo aos alunos, eles o fazem com a intenção de dar aos alunos o conhecimento e a compreensão que ainda não possuem. Nesse sentido, parece razoável pensar na explicação como a forma de superar a desigualdade entre o professor que sabe e o aluno que ainda não sabe.

Assim devemos tirar a imagem do mestre embrutecedor como um mestre com más intenções. Conforme Rancière:

O embrutecedor não é o velho mestre obtuso que entope a cabeça de seus alunos de conhecimentos indigestos, nem o ser maléfico que pratica a dupla verdade, para assegurar seu poder e a ordem social. Ao contrário, é exatamente por ser culto, esclarecido e de boa-fé que ele é mais eficaz. Mais ele é culto, mais se mostra evidente a ele a distância que vai de seu saber à ignorância dos ignorantes. Mais ele é esclarecido, e lhe parece óbvia a diferença que há entre tatear às escuras e buscar com método, mais ele se aplicará em substituir pelo espírito a letra, pela clareza das explicações a autoridade do livro. Antes de qualquer coisa, dir-se-á, é preciso que o aluno compreenda e, para isso, que a ele se forneçam explicações cada vez melhores (Rancière, 2002, p. 20-21).

Nesta direção é preciso enfatizar que a figura do mestre-escola ignorante que emerge da discussão de Rancière sobre Jacotot é importante no contexto da questão de saber se o ensino tem um papel a desempenhar na educação que visa a emancipação. É importante ter esse foco em mente, ou seja, ver a figura do professor ignorante como comprometido com a questão da educação emancipatória, e não como um paradigma para todas as dimensões da educação.

Rancière argumenta, no entanto, que embora isso possa ser verdade quando olhamos para o conteúdo que está sendo transmitido do professor para o aluno, a forma como o “ato” de explicação é realizada comunica algo diferente, ou seja, que a explicação é indispensável para a aprendizagem e compreensão, isto é, que os alunos são considerados incapazes de compreender sem explicação. Conforme diz o autor: “Explicar alguma coisa a alguém é, antes de mais nada, demonstrar-lhe que não pode compreendê-la por si só.” (Rancière, 2002, p. 20).

Rancière sugere que a explicação realmente encena e, de certo modo, inaugura e então confirma perpetuamente a desigualdade entre professor e aluno. Nessa configuração, não é tanto que um aluno é quem precisa de explicação. É antes que o ato de explicação constitui o aluno como aquele que é incapaz de aprender sem explicação, sem a intervenção de um ‘mestre-explicador’. Para ele, o aluno, assim concebido é na verdade o produto da ordem explicativa não de sua condição. “É o explicador que tem necessidade do incapaz, e não o contrário, é ele que constitui o incapaz como tal.” (Rancière, 2002, p. 20).

A ordem explicativa funda-se no mito da pedagogia, que é a parábola de um mundo dividido em mentes conhecedoras e ignorantes, os capazes e os incapazes, os inteligentes e os estúpidos. Por um lado, ele decreta o começo absoluto: só agora começará o ato de aprender. “O Ensino Universal é, em primeiro lugar, a universal verificação do semelhante de que todos os emancipados são capazes, todos aqueles que decidiram pensar em si como homens semelhantes a qualquer outro.” (idem, p. 52).

Na perspectiva de Rancière (2002) a educação que nega a existência de uma inteligência superior e avança a hipótese da igualdade das inteligências deve, portanto, rejeitar a suposição de um método adequado de pensamento; a igualdade de inteligência significa igual capacidade de pensar e aprender, mas não implica que todos pensem da mesma maneira. Embora nem toda atividade mental resulte em aprendizado, o “ensino universal” necessariamente reconhece uma pluralidade de formas igualmente valiosas de pensamento, a saber, a capacidade do pensamento humano de aprender e compreender de inúmeras maneiras.

Rancière (2002) sugere que explicar algo a alguém é antes de tudo mostrar-lhe que ele não pode compreender por si mesmo, o que significa que explicar é demonstrar uma incapacidade. A explicação, então, transforma a educação em embrutecimento em vez de promover um processo de emancipação. De acordo com Lopes (2015, p. 4, grifos do autor):

Por lógica da explicação Rancière entende a operação, corriqueira nas práticas educacionais nos mais variados contextos, que se desdobra por meio prioritariamente de instruções orais, tanto para o que se deve fazer quanto para o que se deve aprender. O professor precisa explicar oralmente aquilo que está escrito e que o aluno tem de entender. Tal operação confere ao professor o poder de instaurar a compreensão, como um ato *ex nihilo*. É falando que o professor ‘inaugura’ o saber. É ele quem decide o quanto é preciso explicar, ou até onde ele deve ir para que se instaure o conhecimento. Quando considera a operação suficiente, interrompe-a, de modo que a inteligência do aluno passa, supostamente, a encenar a submissão à inteligência do professor. Trata-se, portanto, de uma operação em que uma inteligência se sobrepõe a outra inteligência.

A questão que isso levanta é se é possível romper com o círculo de impotência que amarra o aluno ao explicador. Para tanto Rancière, em sua obra, sugere que isso pode de fato ser possível, mas não através da introdução de formas de explicação mais refinadas ou mais progressivas.

No entanto, como Rancière (2002) também vincula a aprendizagem ao pensamento, sugere-se que sua abordagem postula uma nova relação entre educação e pensamento: quando o professor usa sua autoridade sobre o aluno e o força a aprender, na verdade ele o força a pensar por si mesmo, nomeadamente para desenvolver a sua própria forma única de compreender, interpretar e traduzir o assunto com as suas próprias palavras.

É importante esclarecer que a posição filosófica de Rancière é orientada para a questão de como nas relações e ambientes educacionais os alunos podem aparecer e existir como sujeitos em vez de objetos e para a questão do que isso exige do professor.

Vale salientar que o papel do educador não é libertar desvairadamente o aluno para o mundo em que ele está inserido, transferindo-o de maneira integral em seus conhecimentos, desmerecendo

o que o aluno já sabia anteriormente. A função do educador é despertar o pensamento crítico nos alunos, mediante o mundo a sua volta, de modo que ele se identifique como um sujeito inserido em um contexto social, refletindo sobre suas práticas e sobre os acontecimentos à sua volta, compreendendo-o como um sujeito ativo e transformador do mundo.

O argumento de Rancière não é, portanto, nem um argumento contra a educação como transmissão de conhecimento ou a educação como explicação – esses modos de educação são perfeitamente aceitáveis se a ambição é transmitir conhecimento ou trazer compreensão – nem um argumento para um tipo de sala de aula construtivista em que o professor está presente apenas como facilitador da aprendizagem, mas não tem mais o que ensinar e não tem mais permissão para ensinar.

Rancière mantém um papel-chave para o professor, não, porém, como aquele que dá aos emancipados o conhecimento sobre a sua condição objetiva ou autêntica – razão pela qual o mestre-escola emancipatório é ignorante, mas mediante uma determinada intervenção ou interrupção, que, segundo ele, proíbe a quem se emancipar a satisfação de afirmar que é incapaz de aprender, pensar e agir por si mesmo.

A opressão, portanto, aparece como a crença de que alguém é incapaz de aprender, pensar e agir por si mesmo – uma rejeição da própria liberdade – e a emancipação diz respeito a revelar uma inteligência para si mesmo ou em uma formulação mais precisa, interromper e recusar a negação do aluno de sua própria liberdade.

Para Rancière a emancipação não depende de uma verdade a ser transmitida do professor para o aluno e, portanto, o professor emancipatório aparece como ignorante.

Na interpretação da dinâmica da educação que ele discute parece ter mudado de um foco no ensino emancipatório para uma explicação mais geral da educação como uma situação de ensino-aprendizagem, ou como a chamei acima, uma teoria geral de instrução. E o relato que ele faz se aproxima de uma leitura construtivista, onde a dinâmica da educação não é a de transmissão de conhecimento do professor para o aluno, mas aquela em que os alunos aprendem por meio do que se pode chamar de tentativa e erro.

A sociedade moderna à qual Rancière se refere foi uma sociedade pedagogizada em que a dominação material se desdobrou em uma dominação espiritual, cultural e científica. Para Rancière (2020), a virtude do mestre ignorante é saber que um sábio não é um mestre, um mestre não é um cidadão, um cidadão não é um sábio. Em suma, uma sociedade permanentemente dividida entre sábios e ignorantes, entre ativos e passivos, entre seus membros plenos e excluídos.

Em seu estudo sobre a relação entre formação docente e filosofia, Farina (2008) enfatiza que a formação docente se dá relacional e compartilhada, sendo apoiada no que Rancière chama de experiência estética com implicações políticas.

E ainda sobre a importância da filosofia de Rancière para a formação de docente, Amaral (2018, p. 2) argumenta que;

Todos os pedagogos, todos aqueles que pertencem ao mundo da educação e, de forma geral, todos os cidadãos que querem preservar democracia precisam meditar profundamente essas relações e assumir as posições que se fazem necessárias para que nosso mundosobreviva à sede inextinguível de lucro que caracteriza hoje em dia os sistemas produtivos.

Desse modo, alguns dos conceitos da filosofia de Rancière podem ser aplicados ao campo de formação continuada de professores, pois, possibilita a reflexão sobre como construir a igualdade a partir da desigualdade já existente. Para os autores, reconhecendo estas desigualdades é preciso operar em contextos periféricos para montagens de percursos formativos, especialmente com abertura à dimensão estética, a saber, aos sentidos do olhar, do sentir, do perceber, do aprender, dos saberes e fazeres docentes.

Para Honorato et al (2018) a formação de professores fundamentada na obra de Rancière é importante para que se possa compreender os professores como espectadores emancipados, que a partir das experiências que vivenciam tornam-se ativos, oferecendo sua própria tradução, se apropriando das histórias e fazendo a sua própria história.

Assim sendo, o método de Rancière pode ajudar o professor de filosofia (e muitos outros) a reinterpretar a relação professor-aluno e remodelar o seu plano didático. Pensando em emancipação intelectual, percebe-se como este método é uma técnica superior às demais, especialmente por quebrar o preconceito da desigualdade intelectual, não entre os alunos, mas sim entre todos, sobretudo, entre o mestre e o aprendiz no cotidiano educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso feito neste trabalho procurou mostrar na obra do filósofo Jacques Rancière, *O Mestre Ignorante*, o método do Ensino Universal, que foi descoberto por acaso pelo pedagogo Joseph Jacotot, método este que pode ser utilizado não só por professores de Filosofia, como também professores de qualquer área.

O método, fundado no princípio da igualdade de inteligências é, sobretudo, uma crítica a um sistema (ou sociedade) pedagogizante, que não se faz apenas no momento em que se passa a “aventura intelectual” de Jacotot, mas também chega aos dias atuais, já que o método pedagogizante ainda prevalece.

Rancière, com esta obra levanta pontos importantes acerca da hierarquização social, e mais precisamente pedagógica, mostrando por que e como se deve quebrar essas amarras da desigualdade.

É importante frisar que não se fala apenas e exclusivamente das desigualdades impostas pelo brutal sistema econômico do qual vivemos hoje e sim de uma desigualdade de inteligência institucionalizada, que pressupõe dois tipos de inteligência: superior e inferior. Poderíamos citar tal desigualdade em várias esferas da sociedade, mas no ensino, especificamente, é entre o professor e o aluno que prevalece tal desigualdade de inteligência, onde o professor que utiliza do método explicador que embrutece é o superior e o aluno é o inferior. Este é um método que o mestre explicador depende de uma mente “inferior” para existir.

Na contramão do método embrutecedor, o método de Jacotot, o método Universal, é um método que depende da vontade de aprender, sem depender de outro para o tal.

Apesar de enfatizar a capacidade de inteligência e de autoinstrução dos indivíduos, a figura do professor não é excluída, muito pelo contrário, ela tem o papel muito importante que é de ser a “ponte” que direciona o indivíduo a fazer suas próprias descobertas. Isso é importante porque aqui o professor faz seu papel de ignorante, dando a oportunidade de o educando aprender o que possivelmente o próprio professor não sabe.

Este é um método de descoberta que trabalha a potencialidade do indivíduo. Um ponto muito importante é que o professor, no método Universal também tem de ser emancipado intelectualmente, pois apenas um indivíduo emancipado é capaz de emancipar.

Como já mencionado, o professor, no método de Ensino Universal, não seria dispensado, visto que estamos falando de um indivíduo que aprende por si só, pois o professor se fará necessário em seu papel de “ponte”, conduzindo, instigando, potencializando e despertando vontade no aluno quando esta nele se apaga, e o mais importante é que, para chegar a tal nível de esclarecimento do aluno, ele (o aluno) precisa compreender.

É pensando nisso que o professor de Filosofia (e todos os outros) deve reinterpretar a relação professor-aluno e remodelar sua didática, dispensando o método embrutecedor, que é o método tradicional explicador.

Este método, como se procurou mostrar aqui, é superior aos demais, por mostrar seu real e concreto potencial de Emancipação de Inteligência e na quebra de desigualdade intelectual. Acima de tudo é uma técnica de descoberta, algo essencial na Filosofia.

É importante frisar que tal técnica deve ser adotada individualmente, e não como um método pedagogizante institucionalizado, ou seja, não é um método que funcionará se aplicado de forma coletiva, sendo distribuída pelo Estado. A instrução, conforme Rancière, não é papel do estado; é papel do próprio indivíduo, mas com o professor como ponte e potencializador da Emancipação Intelectual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Aimberê Guilherme Quintiliano Rocha do. *Jacques Rancière - escola, produção, igualdade. Pro-Posições*, v. 29, n. 3 (88) set. /dez. 2018.

FARINA, Cynthia. **Formação continuada e estética do descontínuo**. arte contemporânea e professoras de arte, 2008.– IF-Sul. Disponível em: <<http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT24-6345--Int.pdf>>. Acesso em 22 jan. 2021.

HONORATO, Aurélia Regina de Souza et al. **Programa de formação continuada: reinventando a docência**, 2018. Disponível em: <<https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/cidu/assets/edicoes/2018/arquivos/311.pdf>>. Acesso em 22 jan. 2021.

LOPES, Carlos Renato. *Livro Didático e a Pedagogia do Mestre Ignorante. Trab. linguist. apl.*, Campinas , v. 54, n. 2, p. 223-243, Sept. 2015 .

RANCIÈRE, Jacques. **O Mestre Ignorante. Cinco lições sobre a emancipação intelectual**. Trad. Lílian do Valle. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

VALLE, Lílian de Aragão Bastos do. *O Mestre Ignorante e outras Histórias sobre a Escola. Educ. Real.*, Porto Alegre , v. 44, n. 4, e90064, 2019.

